

# I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

## REALIZAÇÃO:



## PATROCÍNIO:



## A FORMAÇÃO EM DEBATE NAS II CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA.

Leonardo Figueiredo Costa<sup>1</sup>

### RESUMO

Pretendemos apontar neste trabalho as propostas que foram apresentadas e discutidas de forma pública na II Conferência Nacional de Cultura, no âmbito da formação e capacitação de profissionais na área da organização da cultura.

Palavras-chave: formação; conferência nacional; organização da cultura.

### RÉSUMÉ

Nous voulons souligner dans ce document les propositions qui ont été présentés et discutés dans le II Conférence National de la Culture, sur la formation des professionnels dans l'organisation de la culture.

Mots-clés: formation; conférence national; organisation de la culture.

Desde a década de 1980, com a criação das leis de incentivo à cultura no Brasil, houve um aumento na oferta de espetáculos culturais, festivais de música, produção cinematográfica, entre outras produções artístico-culturais, financiados. As leis de incentivo à cultura representaram uma crescente injeção de recursos (SALGADO, PEDRA e CALDAS, 2010) – ainda que majoritariamente públicos – no mercado

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Comunicação (UFBA). [leocosta@ufba.br](mailto:leocosta@ufba.br)

## I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

### REALIZAÇÃO:



### PATROCÍNIO:



cultural, dando dinâmica ao setor, com o aumento do número de projetos, empresas e infraestrutura.

Nesse contexto, passou-se a reconhecer a figura do produtor cultural, e o mercado passou a procurar cada vez mais por esse profissional. Mas esse aumento repentino da demanda não se fez acompanhar de um programa de formação e capacitação. Os centros de formação, acadêmica e técnica, também postergaram a criação de cursos para formar esse profissional (COSTA, MELLO e FONTES, 2010).

Assim, até o início dos anos 2000, apesar das alterações do financiamento da cultura, com o redimensionamento do papel da cultura na sociedade e maior exigência de profissionalização dos atores da cadeia produtiva da cultura, não houve na mesma proporção investimentos que priorizassem a organização da mão-de-obra do setor cultural, seja em âmbito privado ou público.

A partir de 2003, com a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC) no início do governo Lula, temos um momento importante de mudança em relação às políticas federais na área da cultura. Essa manifestação contemporânea de esquerda, segundo os pesquisadores Toby Miller e George Yúdice (2004:42), vincula a política cultural com o discurso dos direitos de cidadania, uma maneira de unir as demandas dos movimentos sociais e uma forma nova de conferir direitos que constituem uma garantia contra os excessos tanto do mercado como do socialismo estatal.

A cultura se impõe (...) no âmbito dos deveres estatais. É um espaço onde o Estado deve intervir. Não segundo a velha cartilha estatizante, mas mais distante ainda do modelo neoliberal que faliu. Vemos o Governo como um estimulador da produção cultural. Mas também, através do MinC, como um formulador e executor de políticas públicas e de projetos para a cultura (GIL, 2006, p. 16).

## I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

### REALIZAÇÃO:



### PATROCÍNIO:



A prática de balcão do financiamento da cultura, por exemplo, foi sendo mudada para uma política de editais. Buscava-se descentralizar os recursos na área da cultura, além de tornar mais público e transparente os processos de tomada de decisão. Mas podemos perceber que a sociedade civil, de um modo geral, não estava preparada para trabalhar com a inscrição de projetos culturais, prevendo planos de ação e orçamentos.

Gil colocou como um dos três desafios da sua gestão a capacitação institucional, do ponto de vista técnico e organizacional, para poder operar a política cultural que se planejava para o Brasil (GIL, 2006, p. 16). “Um dos desafios centrais para o fortalecimento da produção e da difusão de bens e serviços culturais no Brasil é a capacitação profissional”<sup>2</sup>, afirmou o então ministro Gilberto Gil em aula magna proferida na Universidade Federal Fluminense em 2006.

Um mecanismo utilizado na sua gestão foram as Conferências Nacionais de Cultura, sendo realizada uma primeira no ano de 2005 e uma segunda no ano de 2009. As Conferências tinham uma relação direta com a política gestada pelo governo do então presidente Lula:

Em 2002, a posse do primeiro governo de esquerda, liderado por Luis Inácio Lula da Silva, um dos principais militantes das lutas sociais das décadas de 70 e 80, renovou a perspectiva da implantação de mecanismos da democracia participativa na administração pública. Estavam previstas, no Plano de Gestão do Governo Lula, uma série de conferências e escutas públicas à população. A intenção foi efetivada através da implantação de diversos mecanismos de diálogo. Entre 2003 e 2006, foram realizadas 40 conferências, que mobilizaram cerca de dois milhões de pessoas da sociedade civil e do

<sup>2</sup> <<http://www.cultura.gov.br/noticias/discursos/index.php?p=15457&more=1&c=1&pb=1>> Acessado em 02/05/2006.

## I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

### REALIZAÇÃO:



### PATROCÍNIO:



poder público, nas esferas municipais, estaduais e nacional (CANEDO, 2010, p. 29).

Vamos apontar agora as propostas que foram apresentadas na II Conferência Nacional de Cultura, no âmbito da formação e capacitação de profissionais na área da organização da cultura.

## II CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA

A formação esteve presente em uma série de propostas discutidas na II Conferência Nacional de Cultura (CNC), depois de um processo que teve início com as conferências municipais, estaduais e setoriais em todo o Brasil. A questão foi apontada como uma das prioridades no sub-eixo 5.1, que tratava dos Sistemas Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Cultura (dentro do eixo sobre gestão e institucionalidade da cultura). A formação é uma das bases para que a implementação do sistema consiga atingir todo o território nacional, já que a gestão cultural se coloca como uma das barreiras para que os municípios, por exemplo, tenham a sua efetiva atuação no campo das políticas culturais (através de órgãos específicos, conselhos, planos e fundos municipais).

A proposta de número 279, que foi fundida com outras nove no sub-eixo 5.1, aponta a importância de:

Criar um sistema nacional de formação na área da cultura, integrado ao SNC, articulando parcerias públicas e privadas, a fim de promover a atualização, capacitação e aprimoramento de agentes e grupos culturais, gestores e

# I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

## REALIZAÇÃO:



## PATROCÍNIO:



servidores públicos, produtores, conselheiros, professores, pesquisadores, técnicos e artistas, para atender todo o processo de criação, fruição, qualificação dos bens, elaboração e acompanhamento de projeto, captação de recursos e prestação de contas, garantindo a formação cultural nos níveis básico, técnico, médio e superior, à distância e presencial, fazendo uso de ferramentas tecnológicas e métodos experimentais e produção cultural (MINC, 2010b, p. 9).

Aqui podemos observar itens como “elaboração e acompanhamento de projetos, captação de recursos e prestação de contas” sendo destacados como importantes num sistema nacional de qualificação na área da cultura. O financiamento da cultura se coloca como imperativo, nos diversos cursos rápidos de extensão que ensinam macetes para enquadrar projetos em leis de incentivo, mas devemos nos questionar até que ponto isso se situa numa política que poderia ser mais ampla de formação, tratando outros temas inerentes à organização da cultura (tais como a gestão e as políticas culturais). Ainda falta um entendimento mais amplo dessa questão, com isso vemos por repetidas vezes a formação pensada em atividades específicas, ao invés de ser ponderada nos termos amplos de um sistema cultural (e as diferentes atuações/momentos que cabem aí).

Poderíamos pensar a formação, como pontua o texto, nos diferentes elos do sistema cultural (tal como a criação). O financiamento da cultura poderia estar aí presente enquanto o momento organizativo: a produção e/ou gestão. Além da crítica ao financiamento colocado de forma exacerbada, há ainda termos vagos como “qualificação de bens” – a que isso se refere? Outra questão que podemos pensar é

## I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

### REALIZAÇÃO:



### PATROCÍNIO:



como tratar a formação da fruição, único momento que é não especializado no sistema cultural.

A proposta de número 279 original, presente no caderno que continha todas as propostas apresentadas nas conferências estaduais e nas conferências livres, era uma aglutinação de propostas de 12 estados<sup>3</sup> que discorria sobre o assunto de uma forma mais ampla:

Criar uma política nacional de formação na área da cultura, articulando parcerias públicas e privadas, a fim de promover a atualização, capacitação e aprimoramento de agentes culturais, gestores públicos, produtores, conselheiros, professores, pesquisadores, técnicos e artistas, para atender todo o processo de criação e produção cultural (MINC, 2010a, p. 75).

Outras propostas no mesmo sub-eixo apresentavam algumas repetições ou especificidades sobre o assunto, tais como: “criar um programa nacional de formação e especialização em gestão cultural (...)” (proposta 280), “promover a qualificação (...) para a fruição qualificada de bens culturais” (proposta 281), “criar programa federal de capacitação de servidores públicos para a área da cultura” (proposta 282), “garantir formação cultural (...)” (proposta 283), “estimular estados e municípios a instituírem mecanismos de apoio técnico às comunidades na elaboração, captação de recursos, acompanhamento e prestação de contas de projetos” (proposta 284), “instituir itinerários formativos (...)” (proposta 285), “promover a formação (em níveis técnico e superior) e a capacitação de agentes culturais nas comunidades rurais e tradicionais (...)” (proposta 287), e “criar programas específicos (...) promovendo a capacitação para a elaboração

<sup>3</sup> Rio Grande do Sul, Sergipe, Maranhão, Pernambuco, Pará, Ceará, Minas Gerais, Alagoas, Goiás, Amazonas, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

# I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

## REALIZAÇÃO:



## PATROCÍNIO:



de projetos” (proposta 296) (MINC, 2010<sup>a</sup>, p. 76-77). Todas essas propostas foram fundidas na redação da proposta final de número 279, o que traz à tona o complexo de “Frankenstein” em alguns momentos.

A proposta de número 286, subscrita pelo Amapá no mesmo sub-eixo 5.1, foi aprovada sem ser fundida, citando a especificidade da formação museológica e turística: “estimular e apoiar programas e projetos de capacitação e qualificação profissional de equipes que atuem nas instituições museológicas e segmentos turísticos-culturais” (MINC, 2010a, p. 76). Assim como a proposta de número 291, subscrita pelo Distrito Federal e pelos estados de Minas Gerais, Paraná e Amapá: “Abrir concursos públicos para provimento de cargos na área da cultura (...) disponibilizar cursos de formação, especialização e capacitação em gestão cultural” (MINC, 2010a, p. 77).

Outras propostas na área de formação foram eleitas como prioritárias em diferentes eixos, tais como:

Sub-eixo 1.3 - Cultura, Educação e Criatividade, proposta 22: Articular a política cultural (MINC e outros) com a política educacional (MEC e outros) nas três esferas governamentais para elaborar e implementar conteúdos programáticos nas disciplinas curriculares e extracurriculares dedicados à cultura (...).

Sub-eixo 3.2 - Cultura, Território e Desenvolvimento Local, proposta 152: Promover, em articulação com o MEC, organizações governamentais e não governamentais, a criação de cursos técnicos e programas de capacitação na área cultural para o desenvolvimento sustentável.

Proposta 154: Fomentar e ampliar observatórios e as políticas culturais participativas com o objetivo de produzir inventários, pesquisas e diagnósticos permanentes, também em parceria com universidades e instituições de pesquisa, subsidiando políticas públicas de cultura (...).

# I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

## REALIZAÇÃO:



## PATROCÍNIO:



Sub-eixo 4.2 - Sustentabilidade das Cadeias produtivas, proposta 236: Criar um programa nacional (por região) de capacitação de agentes e empreendedores culturais, com foco nas cadeias produtivas, contemplando a elaboração e gestão de projetos, captação de recursos e qualificação técnica e artística, ofertando oficinas, cursos técnicos e de graduação, em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES).

Sub-eixo 4.3 - Geração de Trabalho e Renda, proposta 252: Investir na profissionalização dos trabalhadores da cultura, através da ampliação dos cursos de nível superior, técnicos e profissionalizantes, realizar concursos públicos em todas as esferas governamentais para o setor, equiparando nestes concursos o piso salarial de nível superior à carreira especialista em gestão pública ou equivalente e incluindo o reconhecimento de novas áreas de formação relacionadas ao campo (MINC, 2010b).

Ou seja, dentre as 32 propostas prioritárias que foram eleitas na II CNC (de um total de 475 propostas do documento base da conferência), seis<sup>4</sup> tratam da temática da formação, sendo que cinco delas abordam questões relacionadas mais especificamente à organização da cultura (apenas a proposta de número 22 aborda de forma mais ampla a educação ligada a conteúdos culturais, dentro do eixo produção simbólica e diversidade cultural). Vale ressaltar a proposta de número 154, que aborda a importância das pesquisas e diagnósticos na área das políticas culturais. As outras propostas apontadas, de algum modo, estão contempladas com as discussões levantadas e apresentadas pelo quinto eixo e a proposta de número 279.

Os debates da II CNC seguiram cinco eixos temáticos: produção simbólica e diversidade cultural; cultura, cidade e cidadania; cultura e desenvolvimento sustentável; cultura e economia criativa; gestão e institucionalidade da cultura. Dos cinco eixos

<sup>4</sup> Quase um quinto das prioridades eleitas para nortear as políticas públicas para o setor.



# I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

## REALIZAÇÃO:



## PATROCÍNIO:



presentes, apenas o segundo (cultura, cidade e cidadania) não abordou como prioridade propostas relativas à formação nos seus sub-eixos (cita apenas uma passagem rápida sobre “capacitação de recursos humanos” na proposta de número 101 quando trata do fortalecimento e da ampliação dos acervos bibliográficos e arquivísticos). Entre as propostas encaminhadas para a eleição das prioritárias no segundo eixo, abordou a formação apenas na de número 84: “criar programa nacional (...) de formação de gestores culturais”.

Dentre as 95 prioridades eleitas das conferências setoriais<sup>5</sup>, apenas três abordam a formação em gestão cultural (uma proposta do setor de artes visuais e outra do setor de patrimônio material, ambas no quarto eixo, cultura e economia criativa; e a última no setor de artes digitais, primeiro eixo, produção simbólica e diversidade cultural). No setor do audiovisual há uma proposta que versa sobre a formação na área, em diferentes níveis e com diferentes entes, o que garantiria a qualificação para a produção:

Implementar programa nacional de formação para o audiovisual, que garanta a criação de cursos Livres, Básicos (Pontos de Cultura e de Mídias Livres e Associações Comunitárias), Técnicos (NPD’s, Sistemas S, CANNE, CTA v e Escolas Técnicas) e Cursos Superiores em audiovisual, em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, bem como a qualificação dos profissionais de ensino, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96. Essas ações deverão ser implementadas em parceria com instituições públicas, privadas e mistas, atualizando e provendo os recursos necessários para a formação nos diversos elos da cadeia produtiva (MINC, 2010c, p. 16).

<sup>5</sup> Numa série de pré-conferências nacionais separadas por linguagens artísticas (artesanato, artes visuais, arquitetura, arte digital, audiovisual, arquivo, circo, culturas indígenas, culturas populares, culturas afro-brasileiras, dança, design, livro/leitura/literatura, moda, museus, música, patrimônio material, patrimônio imaterial e teatro).

# I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

## REALIZAÇÃO:



## PATROCÍNIO:



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma política pública é feita de presenças e ausências. Uma vez que o Estado não atua em determinada área, imagina-se que esta seja secundária, não fazendo parte das prioridades das políticas implantadas. Partindo desse pressuposto, é possível perceber que apesar da formação de gestores e produtores culturais no Brasil ser atualmente um dos grandes desafios postos diante do poder público, em seus três níveis, ainda é uma ação continuamente preterida perante tantas demandas.

Esse descompasso existente, entre a crescente procura por profissionais capacitados e a ainda restrita oferta de gestores e produtores culturais preparados para os desafios desse novo contexto, precisa ser ajustado com a implantação de uma política pública estruturada e de formação continuada desses profissionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANEDO, Daniele; SOTO, Cecília; OLIVEIRA, Gleise; e SALGADO, Júlia. Políticas Públicas de Cultura: os mecanismos de participação social. In: RUBIM, Albino (org.). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: Edufba, 2010.

COSTA, Leonardo Figueiredo; MELLO, Ugo; e FONTES, Viviane. Avaliação da área de formação em organização da cultura: apenas ações ou uma política estruturada? In: RUBIM, Albino (org.). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: Edufba, 2010.

GIL, Gilberto. Cultura no Governo Lula: uma visão estratégica do MinC. In: LEITÃO, Cláudia Sousa (org.). *Seminário Cultura XXI: seleção de textos*. Fortaleza: Secult, 2006.

# I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM CULTURA

## REALIZAÇÃO:



## PATROCÍNIO:



MILLER, Toby; e YÚDICE, George. *Política cultural*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

MINISTÉRIO DA CULTURA – MINC. *Caderno de propostas: Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Livres*. Brasília: MinC, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Propostas prioritárias*. Brasília: MinC, 2010b.  
<<http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2010/03/Propostas-32-finais.pdf>> Acessado em 14/03/2010.

\_\_\_\_\_. *Estratégias setoriais prioritárias*. Brasília: MinC, 2010c.

SALGADO, Gabriel Melo; PEDRA, Layno Sampaio; e CALDAS, Rebeca dos Santos. As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma. In: RUBIM, Albino (org.). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: Edufba, 2010.